

EDITORIAL

SEGUNDA EDIÇÃO

A ideia de que posições e recompensas sociais devam ser definidas com base no mérito individual se confunde com a própria história do Ocidente. Formas embrionárias de meritocracia aparecem ainda na Antiguidade Clássica, sobretudo com os gregos, que valorizavam a *areté* (virtude, excelência), entendida como a realização plena das capacidades humanas. Apesar da exclusão de mulheres, estrangeiros e escravos, a democracia ateniense valorizava o talento retórico, a coragem e a virtude cívica. Platão, em *A República*, assentou sua sociedade utópica nos mais sábios (os “filósofos-reis”), uma forma de meritocracia intelectual. Em Roma, a noção de *virtus* associava mérito ao serviço público e à lealdade à República.

Na Idade Média formou-se uma concepção de mérito pautada no propósito de salvação individual, mais visível no monaquismo e nos códigos cavaleirescos. Com as Reformas Protestantes, essa visão desloca-se para uma ética de responsabilidade pessoal e de valorização do trabalho. De modo que, no Renascimento (séc. XV-XVI), o apreço pela capacidade individual e pelo talento criador - sobretudo nas artes e nas ciências - ganha novo ímpeto, impulsionado inclusive pela própria Igreja Católica.

Ocorre que nessa tensão crescente entre Igreja e Estado, a figura do “homem de virtù”, de Maquiavel, como aquele que constrói seu próprio destino com engenho e ação, passa a predominar. No Iluminismo (séc. XVII-XVIII), a crítica às hierarquias sociais se inspira nos filósofos contratualistas como Locke, Montesquieu e Rousseau, que defendem a igualdade civil e a ideia de que o mérito deveria substituir o privilégio.

O Estado moderno adota exames e concursos públicos, institucionalizando formas de avaliação meritocrática no serviço público. A meritocracia ganha maior força nas democracias liberais, especialmente nos Estados Unidos, associada ao sonho americano. No entanto, críticos progressistas passaram a argumentar que as desigualdades estruturais e os privilégios não desapareceram com as reformas liberais. Desde então, uma série de reformas sociais tem sido implementada no Ocidente, embora muitas vezes servindo mais como retórica de certos partidos políticos do que como soluções eficazes para os problemas apontados.

O caso da educação é emblemático. O desempenho dos estudantes brasileiros no teste do PISA (2022) revela nossa persistente defasagem em relação à OCDE: em Matemática estamos 110 pontos atrás, e em Ciências e Leitura, respectivamente, 86 e 83 pontos atrás. Esses índices vergonhosos ainda ocultam desigualdades internas muito fortes: alunos de escolas privadas e de regiões urbanas têm desempenho bem superior à média nacional. A ineficaz resposta dos reformadores sociais brasileiros tem sido adotar políticas afirmativas copiadas da Europa e dos Estados Unidos, quase sempre à custa da meritocracia e desviando o foco da verdadeira questão: a deficiência do sistema público de ensino.

Os Editores